

## **VIDA COMUNITÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA RAÍZ DA RESISTÊNCIA DA VILA DE BELO MONTE, EM CANUDOS**

### **COMMUNITY LIFE AND FOOD SAFETY IN THE RESISTANCE ROOT OF VILA DE BELO MONTE, IN CANUDOS**

Amilcar BAIARDI<sup>1</sup>

Alex Vieira dos SANTOS<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o episódio da guerra de Canudos com destaque nas condições de vida na Vila de Belo Monte, sobretudo em relação à sua capacidade de resistir às forças militares tendo por base a segurança alimentar e a vida comunitária como fatores preponderantes nesse contexto. O trabalho traz inicialmente uma visão geral do conflito, suas particularidades e parte da análise dos autores que escreveram e estiveram na região de Canudos no momento da guerra, além da visita aos principais arquivos onde a documentação primária está localizada, procedendo as anotações com referências geográficas e cronológicas. Ao final aponta os fatores que corroboram a importância da vida em comunidade e da segurança alimentar como fator de importância na resistência.

**Palavras-chave:** Vida Comunitária, Segurança Alimentar, Vila de Belmonte.

**Abstract:** The paper analyzes the episode of the Canudos War, with emphasis on living conditions in Vila de Belo Monte, especially concerning its ability to resist military forces, based on food security and community life as preponderant factors in this context. The work initially outlines a general vision of the conflict, its particularities, and part of the analysis of two authors who wrote and stayed in the Canudos region at the time of the war, in addition to visiting the main archives where the primary documentation is located, proceeding with the annotations with geographical references and chronological. Ultimately, he points out the factors that corroborate the importance of life in the community and food safety as essential factors in resistance.

**Keywords:** Community Life, Food Safety, Vila de Belmonte.

#### *Introdução*

A campanha de Canudos, que teve características de uma guerra civil, colocando de um lado os seguidores do beato Antônio Conselheiro e do outro os destacamentos do exército nacional e da polícia militar da Bahia, durou quase um ano, mais precisamente onze meses, indo de novembro de 1896 a outubro de 1897. Como sói acontecer na

<sup>1</sup> Professor do curso de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador. Professor titular na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBA). E-mail: [amilcar.baiardi@gmail.com](mailto:amilcar.baiardi@gmail.com); [amilcarbairdi@uol.com.br](mailto:amilcarbairdi@uol.com.br).

<sup>2</sup> Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Secretária de Educação do Estado da Bahia. E-mail: [alexvieiradosantos@uol.com.br](mailto:alexvieiradosantos@uol.com.br); [alexvieirassantos@gmail.com](mailto:alexvieirassantos@gmail.com).

história convencional, boa parte das narrativas enaltecem alguns protagonismos, omitem outros e exploram muito pouco as demais condicionantes e a contextualização.

O que é inequívoco neste episódio é a capacidade de resistência da população da Vila do Belo Monte<sup>1</sup>, formada por pessoas de várias faixas etárias e carentes das mínimas condições materiais de habitação e saneamento e na quase totalidade iletrada. Esta resistência, já exaustivamente analisada do ponto de vista militar, permite indagações: Como esta população se sentia vivendo em comunidade? Como se abastecia antes e durante a guerra? Como encontrou determinação para resistir até o fim, quando o arraial se encontrava em ruínas, completamente destruído, sem nenhuma edificação e com inúmeros incêndios provocados pelas tropas ditas legalistas?

As prováveis respostas têm relação direta com o significado que o modo ou estilo de vida na comunidade representava para eles. Muito mais que o fanatismo religioso ou uma possível motivação política contra a República, preservar as condições de vida e a atmosfera de irmandade e solidariedade na Vila do Belo Monte, foram razões para a resistência dos seguidores de Conselheiro. A manutenção da forma de organização social da produção agrícola, praticada coletivamente nas imediações da Vila do Belo Monte, a regularidade do abastecimento e a maneira como eram distribuídas as atividades produtivas e os bens resultantes do trabalho coletivo, jogaram um peso definitivo na decisão de preservar aquela microsociedade mesmo que tivessem que combater em condições de extrema desigualdade.

Antes das primeiras investidas das tropas estaduais e federais, os habitantes do aglomerado urbano denominado Vila do Belo Monte, tinham uma organização política, social e econômica que lembraria, segundo Loyn (1990), as comunas da Idade Média, que praticavam cultivo da terra, criação de animais e distribuição de alimentos dentro de princípios comunitários e com fundamento na ajuda mútua. A liderança carismática que estabelecia as regras de convivência definia como princípio norteador uma divisão de trabalho, na qual todos estariam envolvidos, e uma repartição dos bens produzidos de modo equitativo. A defesa deste arranjo socioeconômico explica a determinação dos habitantes da Vila do Belo Monte em resistir às ameaças de destruição do povoado, até onde fosse possível, até as últimas consequências. Nas palavras de Brito (2011):

Os camponeses descobriram na pregação do Conselheiro um chamado para mudar a situação e um apelo para construir uma comunidade sem exploradores e explorados, onde a vontade do povo fosse respeitada. Chegavam a Canudos famílias que vendiam ou que deixavam suas

pequenas propriedades, ex- escravos, indígenas e sertanejos que corriam do sofrimento. Chegando a Canudos, logo encontravam aconchego. Não faltavam mutirão, comida e reza. Rapidamente a comunidade foi crescendo e em poucos anos se tornou uma das maiores do Nordeste. Tinha 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, chegando a ser a maior cidade do estado da Bahia depois da capital Salvador. A pregação do Conselheiro insistia em dizer que a terra tem um dono só. Se a terra é dom de Deus, os camponeses podiam ocupá-las. Inspirados nesses preceitos divinos e nas necessidades concretas do povo, os camponeses iniciaram a ocupação das terras, até então improdutivas e abandonadas (Brito, 2011, p. 157-158).

Ao abordar o tema de Canudos e levantar aspectos referentes à luta pela sobrevivência e à capacidade de resistência dos seguidores de Conselheiro, impõe-se não ter como foco apenas o aspecto militar, a correlação das forças em confronto, as condições objetivas de vida dos combatentes e o desdobramento das quatro expedições que terminaram por dizimar mais de duas mil dezenas de seguidores do beato. Procedendo assim se teria apenas um olhar fragmentado, muito distante de uma realidade bastante complexa que envolve uma análise das percepções de como a comunidade via suas condições de vida no Sertão do Brasil, antes e depois da experiência da Vila do Belo Monte. Do mesmo modo, como a comunidade avaliava os problemas e a exclusão social, de certa forma atribuídos à República, cuja política regional proclamava justiça social sem que se percebesse qualquer avanço neste sentido. Há fatos acerca de como se dava a produção agropecuária, o abastecimento de alimentos e de água, antes do início da guerra, que merecem atenção, uma vez que podem ser pistas para a explicar a capacidade e a determinação de resistir no início do conflito e quando se estabelece o cerco militar.

Com relação ao apelo que o estilo de vida da comunidade religiosa provocava, é relevante perceber que o caráter religioso contido nos discursos de Antônio Vicente de Mendes Maciel, o “Conselheiro”, também trazia consigo inúmeras reivindicações e manifestações de descontentamentos em relação à nova configuração política brasileira, pós República. Antônio Conselheiro fundou um ideal de vida que não só alimentava espiritualmente os oprimidos como dava a esperança de uma vida melhor em comunidade, onde, mesmo em condições de extrema precariedade, todos tinham o direito à terra e à moradia. Destarte, não causa perplexidade constatar que em meio a um estado de carências e sofrimentos que atingia a população do Semiárido, ela se unisse como alternativa para fugir da fome e miséria e, conseqüentemente, criar uma

comunidade de autoajuda que destoava da estrutura política que então vigorava. Segundo Brito (2011):

Em 1893 foi iniciada a formação da cidade comunitária de Canudos. Os camponeses descobriram na pregação do Conselheiro um chamado para mudar a situação e um apelo para construir uma comunidade sem exploradores e explorados, onde a vontade do povo fosse respeitada (Brito, 2011, p.158).

Apesar de saber-se que comunidade da Vila do Belo Monte sempre teve de conviver com dificuldades para exercer atividades relacionadas com a produção vegetal e produção animal, inclusive devido a apropriação da terra com base no poder político, como fazia o Barão de Geremoabo, a forma como a agricultura se organizou e o modo como se dava repartição do produzido, passaram a ser atração para milhares de sertanejos que converteram o arraial em uma referência para a população da região, atingindo inclusive famílias que viviam em estados vizinhos como Pernambuco, Ceará e, principalmente, Sergipe. O crescimento do arraial obrigou a liderança da comunidade a ampliar as atividades produtivas, aproveitando o saber popular acumulando em séculos de experiência de convivência com a seca e adaptar-se a uma situação complexa, onde a escassez de água combina-se, em quase todo o Semiárido, com solos rasos (Baiardi, 2016).

A quantidade expressiva de pesquisas sobre a Guerra de Canudos, sobretudo na história política e social, não trata, e nem mesmo especula a não ser fragmentariamente, da estratégia de sobrevivência alimentar, no período anterior à guerra, durante ela e antes e depois do cerco à Vila do Belo Monte, estratégia esta que foi decisiva para a resistência. Para se ter uma ideia, enquanto as tropas governamentais tiveram sua capacidade combativa comprometida por falta de alimentação e água, como exaustivamente mostram os relatos, no caso dos combatentes da comunidade de Conselheiro, a falta de suprimentos tipo alimentação não é relatada (Cunha, 1954).

Com base em releituras, em leitura de “entrelinhas”, aquilo que é referido, mas não faz parte do eixo de narrativa, da bibliografia disponível e com base em alguns documentos originais disponíveis no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, mas pouco explorados, procurou-se reinterpretar o que se denomina capacidade de resistência e estratégia de sobrevivência alimentar, temas que não aparecem claramente no discurso de Antônio Conselheiro e nem no de seus seguidores. Contudo, esta preocupação existiu entre eles. Da mesma forma, existia um conhecimento tácito, não

explícito e que explica, em grande medida, a capacidade de resistência (Cunha, 1954; Garcex, 1977). Há fatos acerca de como se dava a organização produtiva e o abastecimento de alimentos e de água antes do início da guerra, os quais merecem atenção uma vez que podem ser pistas para a determinação de resistir da comunidade de Belo Monte, sobretudo quando se estabelece o cerco militar.

### *Os caminhos da investigação: Método e Fontes*

A metodologia utilizada nesta investigação tem como approach teórico o suposto que o papel do historiador é tentar “reinstaurar” o passado em toda a sua complexidade possível, estabelecendo nexos entre a narrativa dos fatos e a realidade do entorno, proporcionada por outras áreas de conhecimento. Como não testemunhou o passado, cabe ao historiador com base em evidências diversas, construir uma narrativa hipotética, daquilo que poderia ter ocorrido. Na escolha de determinado objeto de pesquisa, o historiador se dá conta de que o método, a forma pela qual se movimenta em meio às evidências, na maior parte dos casos documentação não logicamente ordenada, não está separado da narrativa, resultado do trabalho. De outro modo, não se deve supor que primeiro se deve proceder a interpretação das evidências como uma etapa definida e depois construir a narrativa. O que sugere uma representação mais adequada do passado, são constantes idas e vindas da análise das fontes à narrativa. Ao proceder por este caminho, procura-se, com o rigor possível, ir além de uma narrativa baseada em outras narrativas e, com base em fragmentos destas e outros elementos, ir construindo, segundo Neves (2002), uma história regional e local conectada numa base territorial ou, de acordo com Barros (2011), elaborar uma micro-história analítica, reflexiva e problematizadora.

A metodologia em particular contemplou os seguintes passos, dentro do paradigma apresentado: 1) a releitura dos autores que escreveram e estiveram na região de Canudos no momento da guerra ou que depois produziram obras sobre o tema, cuidando de ordenar as anotações com referências geográficas e cronológicas; 2) visita aos principais arquivos onde a documentação primária está localizada<sup>2</sup>, procedendo as anotações com referências geográficas e cronológicas e 3) redação do relatório final visando construir representações com ênfases e reinterpretções diferentes (Cardoso, 2005 p. 2-3).

### *A guerra de Canudos: Espaço e Tempo*

Neste item o episódio denominado Guerra de Canudos será inserido nas dimensões espaço, onde se deu, e tempo, quando se deu. A área do conflito se encontra inserida no Bioma Caatinga, em pleno Semiárido. Ela vem sendo modificada por meio de ações antrópicas desde o descobrimento, as quais tem levado à degradação ambiental. O clima regional é seco, definido como clima megatérmico, com déficits hídricos expressivos e precipitação média em torno de 400 mm ano. A vegetação predominante é a caatinga arbórea aberta, com palmeira e contato caatinga-floresta estacional. O relevo é tipo pediplano sertanejo, com tabuleiros interioranos. Há no território acentuadas restrições hídricas, que levam a um balanço oferta-demanda de água desfavorável para a vegetação e que também provocam intermitência dos rios e chuvas irregulares. Os limites à produção vegetal, da qual depende a produção animal, também se devem à pouca profundidade dos solos e ao predomínio de rochas cristalinas (Baiardi, 2016; Baiardi & Costa, 2020). Desde muito tempo a principal atividade rural é a pecuária extensiva, destacando-se a produção de bovinos, caprinos e ovinos. As lavouras que mais se destacam são milho, feijão, mandioca e sisal ou agave (fibra). A se referir a este ecossistema e às possibilidades de nele sobreviver, Euclides da Cunha em *Os Sertões*, enfatizava a relação do sertanejo com o ambiente, nos seguintes termos:

Assim todo sertanejo é vaqueiro. À parte a agricultura rudimentar das plantações da vazante pela beira dos rios, para a aquisição de cereais de primeira necessidade, a criação de gado é, ali, a sorte de trabalho menos impropria ao homem e à terra (Cunha, 1954, p. 70).

A localização da Vila do Belo Monte é privilegiada em relação à esta paisagem porque está próxima aos solos aluviais do rio Vaza Barris. Em outras palavras, isto significa, segundo Baiardi e Costa (2020), solos profundos e friáveis no Bioma Caatinga, com possibilidade de retenção de umidade e prática de irrigação de vazante. A imagem a seguir, Figura 1, oferece uma representação artística do entorno da Vila do Belo Monte, destacando que o aglomerado urbano estava separado pelo Rio Vaza Barris de uma série de pequenas elevações que são contrafortes da Serra Negra e da Serra da Jacobina, situadas ao norte de Canudos, ver Figura 1.

**Figura 1** – Pintura reproduzindo a Vila do Bel Monte e seu entorno.



**Fonte:** Os Sertões para principiantes: síntese de suas três partes. Disponível em: [www.saojoseonline.com.br](http://www.saojoseonline.com.br) (Município de São José do Rio Pardo, SP)

A cronologia apresentada a seguir ajuda a entender o tempo e as razões do conflito e intuir sobre a capacidade e as razões de resistência da comunidade:

**Tabela 1** – Cronologia da Guerra de Canudos

PERÍODO	EVENTOS	CONSEQUÊNCIAS
Outubro e novembro de 1896	Início das primeiras escaramuças entre a população da Vila do Belo Monte e a Polícia do Estado da Bahia. Confronto ocorre em Uauá.	As tropas da polícia baiana ficam desmoralizadas e as autoridades entendem ser tarefa do exército combater os seguidores de Conselheiro.
29 de dezembro de 1896 a 12 de janeiro de 1897	A segunda batalha ocorre entre os seguidores de Conselheiro e tropa do exército, mais numerosa e apetrechada nas imediações de Queimadas.	Segunda derrota das tropas do Estado, em que pese as baixas causadas aos seguidores de Conselheiro.
08 de fevereiro a 03 de março de 1897	A terceira expedição visando destruir a Vila do Belo Monte é derrotada, principalmente em combate corpo a corpo no interior da vila do Belo Monte.	Como baixa relevante houve a morte do comandante, coronel Moreira Cesar. Em debandada a tropa abandona armas e munições apropriadas pelos seguidores de Conselheiro.
De março a junho de 1897	Trégua na guerra, o exército recua para	Tentativas de atribuir conteúdo político à

	conceber outra estratégia	resistência dos seguidores de Conselheiro, acusados de monarquistas
Fins de junho a fins de julho de 1897	Tem início a quarta expedição com tropa mais numerosa e artilharia mais avançada para época. Era composta de 16 batalhões de infantaria, de um regimento de artilharia e de um esquadrão de lanceiros, cavalaria. Estes números se elevam e a o fim de agosto havia na área 30 batalhões de infantaria	Após sucessivos combates ocorre uma trégua na qual General Artur Oscar, comandante em chefe da IV Expedição, faz um relato dramático da situação e pede ao governo federal um reforço de 5.000 soldados. O desânimo predominava em toda a tropa e as baixas nos destacamentos do exército chegavam à casa de 2.000 homens
30 de agosto - 1897	Chega a Queimadas, o Marechal Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra, alarmado com a possibilidade de mais uma fragorosa derrota, trazendo consigo em reforço uma tropa de 3.000 homens	As tropas federais ultrapassam 8.000 homens e os recursos da artilharia aumentam. As baixas nas hostes de Conselheiro não são repostas. Avizinha-se um desfecho favorável às tropas da União
01 a 30 de setembro- 1897	O exército ocupa a fazenda Velha, morre Antônio Conselheiro e estabelece-se um cerco total à Vila do belo Monte	O cerco dificulta a sobrevivência e tem início a escassez de água e gêneros alimentícios
03 de outubro - 1897	Há uma tentativa de negociar o fim do conflito, interrompida porque o exército estava aprisionando e degolando os negociantes	Mulheres e crianças saíram do povoado e os remanescentes decidem combater até o fim
05 de outubro - 1897	Cessa a resistência e a Vila de Monte belo é incendiada	Mais de 25 mil seguidores de Conselheiro morreram no conflito que mobilizou um contingente superior a 12 mil soldados do Exército (mais da metade de todo o efetivo nacional), na maior guerra civil na história do país.
06 de outubro - 1897	O General Comandante Artur Oscar informa que terminara a Campanha de Canudos e que os batalhões das forças expedicionárias passeiam	A vitória é oficialmente festejada em todo o Brasil, mas começam a aparecer críticas de estudantes e de Rui Barbosa sobre a forma de tratarem os vencidos

	suas bandeiras sobre as ruínas da cidadela.	
06 de outubro - 1897	O corpo de Antônio Conselheiro é localizado no santuário da Igreja Nova. Depois de exumado a sua cabeça foi cortada e levada para Salvador (BA) para exame do Dr. Nina Rodrigues	Encerrado este capítulo da história do Brasil é criado o mito de Antônio Conselheiro como beato e fanático que pretendia o fim da república e o retorno ao império

**Fonte:** Alexandre, & Abdala, 1997; Moniz, 1987; Sampaio, 1999.

### *A sobrevivência e a sobrevivência ao cerco*

O conflito finalizou no início de outubro de 1897, quatro meses após o início da quarta expedição. Ocorreu, não tanto por mérito ou bravura das forças governamentais, mas sim pela capacidade do Estado de repor as perdas de homens e equipamentos enquanto do lado dos seguidores de Antônio Conselheiro as baixas e as deserções já não eram repostas. O que de certo modo surpreende é a capacidade de resiliência do grupo de moradores da Vila do Belo Monte, tanto em termos de novas adesões, o que se dava com a fama de heroísmo que se espalhava, mas também pela expectativa de uma vida solidária em um ambiente de profunda religiosidade.

Antes e durante o início da guerra, o afluxo de seguidores para a Vila do Belo Monte não trouxe insegurança alimentar. Ao contrário, trouxe mobilização com vistas à produção de víveres, como consta nos relatos dos soldados que saquearam o arraial, de acordo com Cunha (1954):

Segundo eles, “... lá foram encontradas carnes secas ao sol, cuias cheias de paçoca, a farinha de mandioca, paios repletos de ouricuris e frutos de plantas xerófilas como também bogós transudantes, túmidos de água cristalina e fresca” (Cunha, 1954, p. 354).

Mesmo admitindo-se que os seguidores de Conselheiro tenham se apropriado de víveres e outros bens nas cidades mais próximas e nos trens que se dirigiam à estação de Queimadas, estas ações não seriam suficientes para garantir o abastecimento regular e permitir o armazenamento. Sobreviventes do convívio no arraial relatam que antes do início dos conflitos havia alimentos em quantidade e diversidade suficientes:

No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por esses arredores. Dava tudo e até cana de açúcar de se descascar com a unha, nascia bonitona por estes lados. Legumes em abundância e chuvas à vontade. (...) este tempo parece mentira (Tavares, 1993, p. 48).

Um outro sobrevivente confirma a percepção e diz que: ...

A fartura no Belo Monte era grande. Os sertanejos iam chegando com dinheiro da venda de seus bens e entregavam ao Conselheiro, guardando apenas a quantia que ele estipulava. O povo, sob orientação do beato, plantava feijão, milho, mandioca, nas margens do Vaza-Barris. (...) O beato distribuía o dinheiro e a comida com doentes, órfãos e aqueles que não tinham nada (...) O povo colhia de tudo, criava cabra e carneiro e ainda tirava madeira. Tinha gente que criava gado e outros curtiam couro (Arruda, 2006, p.78).

Segundo Benício (1899), o relato poderia ser uma lembrança idílica fruto do envolvimento afetivo, do passar do tempo e do desaparecimento trágico da comunidade. De acordo com esse autor, a memória é flexível, mas o fato é que neste caso, a abundância também está presente nos relatos oficiais de época. Benício<sup>3</sup>, que foi correspondente de guerra para o *Jornal do Comércio*, descreve uma Canudos de maneira bastante próxima ao relato dos sobreviventes (Benício, 1899).

#### *A organização produtiva da Vila do Belo Monte*

Na sua condição de nômade, já seguido de um séquito, Antônio Conselheiro deixa o arraial do Bom Jesus e se dirige com o grupo que decidira acompanhá-lo para a abandonada fazenda de Canudos, a outrora fazenda de abastarda família da Bahia, onde acampam.

Ao chegar à fazenda Conselheiro defronta-se com um quadro de carência. Não havia um habitante sequer e as instalações, casa grande da sede e a capelinha, encontravam-se em ruínas. No entorno não havia lavouras, embora fossem encontrados pequenos ruminantes, cabras, aparentemente desgarradas do rebanho e distantes de apriscos. Aparentava o ambiente um quadro da decadência absoluta, o que levava à pergunta: por que tal declínio e tão miserável situação? Antônio Conselheiro, conhecia de longa data toda aquela região e aquele quadro que, longe de desestimulá-lo à fixação, encorajou-o. Ele avaliava com conhecimento que muito poderia fazer, visto que o ambiente não lhe parecia hostil, como poderia parecer a outrem.

Como recurso principal para operar a transformação, contava Conselheiro com seus seguidores que se destacavam por serem ordeiros, trabalhadores e numerosos. Demais, a quase totalidade tinha laços familiares. Não eram indivíduos avulsos, aventureiros. Além desse grupo numeroso, ele próprio contava com auxiliares mais próximos inteligentes, decididos e experimentados. Esta comunidade, por meio de laços religiosos, de crenças e valores de certa forma inculcados por Conselheiro, demonstrava uma elevada propensão a cooperar, uma coesão social forte e sentimentos de ajuda mútua, que favoreceram a conversão do projeto de Antônio Conselheiro em um grande falanstério, onde todos trabalhavam, todos produziam e tudo era dividido entre a população, de acordo com as necessidades, havendo, entretanto, a possibilidade de alguma economia familiar doméstica.

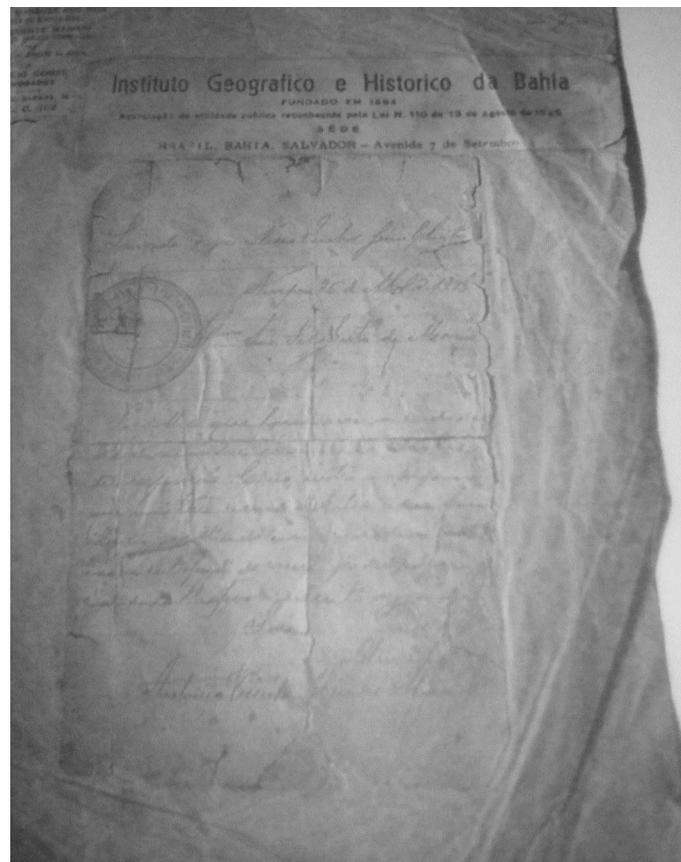
Um outro recurso com o qual ele contava era a natureza. Ouvira relatos de que a terra seria boa, não obstante a aparência de sáfara decorrente de cultivos contínuos. Em realidade, neste trecho do Vaza Barris os solos aluviais são amplos, avançam vários metros das margens e encobrem o escudo cristalino, lâmina rochosa que se espalha por mais de 80% do Semiárido. Poderia contar, então, com solos mais profundos. No que concerne à água, o rio Vaza-Barris neste trecho durante o verão é caudaloso, inunda várzeas e quando reflui para o leito, deixa as terras umedecidas por algum tempo. Esta umidade pode ser aproveitada por um período mais longo com a escavação de cacimbas. Contava também como recurso hídrico com uma lagoa formada pela água do rio, mas que sempre se conserva cheia. Agregue-se que nas proximidades havia também a ocorrência de minérios, entre eles o salitre e enxofre, mais tarde empregados na fabricação de pólvora. Era o que se chamava sal da terra, em quantidade suficiente para tempero e para suprir os inúmeros curtumes que ladeavam a beira do rio Vaza-Barris (Baiardi & Costa, 2020; Benício, 1899; Cunha, 1954; Garcez, 1977).

Decidindo pela permanência a comunidade deu início a intervenções, sendo a primeira delas tentar pastorear os caprinos, voltando a domesticá-los, construindo cercados e apriscos e limpando os pastos. Em pouco tempo, segundo Benício (1899), as margens do rio voltaram a ser cultivadas com diversas lavouras que incluíam plantações de cereais, frutas, legumes e cana. Mas não só nas margens como também nas depressões, pelas quais escoava a chuva, remanescia umidade e estes micro vales também passaram a ser cultivados. A combinação da produção vegetal, por meio de várias lavouras, com a caprinocultura, ofereceu condições de segurança alimentar para a

comunidade de Belo Monte. Em Belo Monte havia disponibilidade de carne caprina em pequenos açougues, o que revelava um certo ordenamento do abastecimento.

Da mesma forma havia paióis abastecidos com provisões provenientes das roças plantadas. Nas vizinhanças do burgo havia regulares culturas de mandiocas, milho, feijão, batatas e criação de vacas, cabras e carneiros. Quanto ao gado vacum, encontra Conselheiro dificuldades tais, visto que não consegue trazê-lo de longe, em quantidade suficiente. Não existe no território de que se apossara rebanhos bovinos. O efetivo de bovinos em Belo Monte não ia além de algumas cabeças. Esta carência levou Conselheiro a solicitar a um criador uma doação de gado vacum visando aumentar o rebanho bovino, seja para abate ou seja para produção de leite (Baiardi & Costa, 2020; Benício, 1899; Cunha, 1954; Garcez, 1977). A Figura 2, exibe a fotografia do telegrama dirigido a Felisberto de Moraes, visando a doação de bovinos e datado de 26 de abril de 1893:

**Figura 2** - Foto do telegrama enviado por Antônio Maciel, o Conselheiro, para o fazendeiro Felisberto de Moraes.

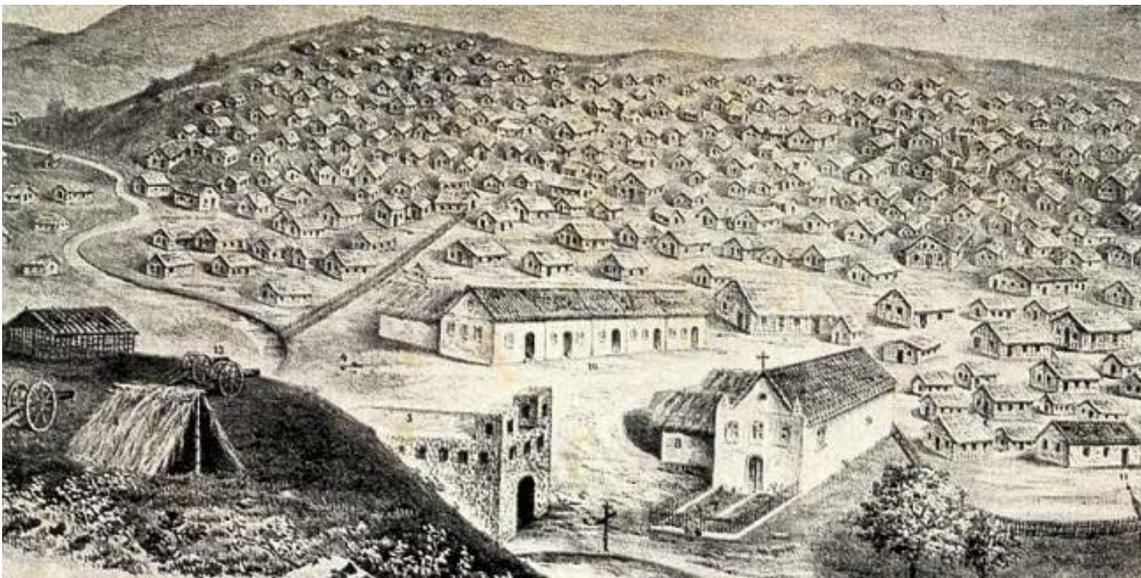


**Fonte:** Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

O teor do telegrama não deixa dúvida quanto às intenções de Antônio Conselheiro em organizar a produção animal, no caso a pecuária bovina<sup>4</sup>. Entretanto, a economia do arraial de Belo Monte, não se restringia à agricultura, produção vegetal e animal. Também, de modo comunitário, se dava o trabalho, sobretudo feminino, de processar os produtos primários transformando-os em alimentos conservados e, domesticamente agro industrializados, como o charque e a farinha. As mulheres também se dedicavam à tecelagem e à produção de artigos de madeira e couro, após o beneficiamento da pele dos caprinos.

Do mesmo modo como atividade não agrícola que envolvia parcela significativa da população, estava a construção civil, seja de casebres como de armazéns, paióis e, até mesmo, de edificações com estrutura mais pesada como as igrejas, com suas naves e suas torres, como se vê na Figura 3. Ela revela um aspecto curioso que é a aparente padronização construtiva das habitações. Revela também a existência de um espaço comum no qual aparecem construções maiores, provavelmente dedicadas ao culto à administração da comunidade e ao processamento e armazenamento de alimentos como, casa de farinha, trapiche etc.

**Figura 3** - Representação da Vila do Belo Monte.



**Fonte:** Revista de História da Biblioteca Nacional - dezembro de 2014

Todas estas atividades estariam, aparentemente, voltadas para o autoconsumo. As evidências sugerem se tratar de uma economia não monetizada, de troca de bens primários e semiprocessados no interior da comunidade e com os vilarejos próximos.

Esta suposição, entretanto, não é absolutamente verdadeira, visto que por necessidade de ter acesso à moeda para aquisição de bens por eles não produzidos, a comunidade estabeleceu uma fonte de renda em moeda que era comercialização de couro de caprinos. A magnitude da oferta alcançava tal nível que abastecia uma indústria de couros, curtume em Itapicuru. Antônio Conselheiro teve tirocínio para se valer desta fonte de riqueza e dela fez o suporte da vida econômica de Belo Monte.

Esta atividade comercial atingiu tal envergadura que Belo Monte se tornou o principal fornecedor de pele de caprinos para o coronel João Evangelista Pereira e Melo. Talvez pelo estilo de vida, pela disciplina e pela clareza em promover a divisão de trabalho no seio da comunidade e diversificar a produção visando estabelecer uma atividade econômica inserida em uma cadeia de produção e de comércio, como o couro, a comunidade de Monte Belo foi considerada antes da guerra como um grupo de cidadãos que se dedicavam à agricultura e à indústria e que mantinham em harmonia um povoado, o mais populoso da Bahia, com exceção da capital da Bahia (Garcez, 1997; Alexandre & Abdala, 1997; Moniz, 1987; Sampaio, 1999).

### *Considerações Finais*

Fatos acerca do abastecimento de Belo Monte que antecederam o período da guerra, merecem atenção e talvez ajudem a explicar como esta população carente poderia ter resistido com determinação às investidas do exército brasileiro. Antes do conflito os seguidores de Conselheiro tinham um padrão de vida típico do sertanejo, sobrevivendo com base no cultivo na terra e criação de animais de pequeno e médio porte. Há, portanto, indícios de que os seguidores de Conselheiro tinham meios próprios de sobrevivência.

Não se sabe se esta memória é verídica ou não, mas o fato é que este mesmo relato da presença de fartura é registrado, segundo Guerra (2000), em fontes oficiais da época, como informado por Manuel Benício (1899), que foi correspondente de guerra para o Jornal do Comércio.

As margens frescas do rio eram cultivadas com plantações de diversos legumes, milho, feijão, grogotuga, favas, batatas, melancias, gerimuns, melões, canas etc. Nos terrenos arenosos viam-se milhares de matombos, grelando o talo tenro das mandiocas e outros com estacas de diversos tamanhos. Pela vizinhança, os pequenos cultores

da terra, em Canudos, possuíam sítios, pomares, fazendolas de criação de bode, animais vacuns e cavalares (Guerra, 2000, p. 48).

Fato incontestado é que a comunidade da Vila de Monte Belo agia racionalmente e com conhecimento empírico, o que permitiu segurança alimentar e algum bem-estar antes do conflito e a sobrevivência em termos de alimentação durante o cerco total de Canudos pelo exército brasileiro. Parte desta capacidade de resistir está relacionada ao grande contingente de adeptos de Antônio Conselheiro, que envolvia pessoas de diferentes regiões do interior da Bahia, de diferentes condições sociais e com experiências de vida diversas. O contingente era formado desde por pessoas desoladas pela seca a pessoas que tinham condições econômicas e que vendiam tudo para se unir no ideal de uma sociedade baseada na solidariedade e em princípios cristãos.

Até a última campanha visando destruir a Vila de Belo Monte, os seguidores de Conselheiro mantinham relações e comunicações com simpatizantes de fora da área dos conflitos e, nesta condição, recebiam doações e suprimentos, além de armamentos menos eficientes que os que conseguiram recolher após os embates nos quais saíam vitoriosos. A partir da investida das tropas do exército em 23 de setembro de 1897, a resistência dos adeptos de Antônio Conselheiro começa a dar sinais de enfraquecimento. A estrada de Várzea da Ema, último canal de reabastecimento e contato externo de Canudos, é tomada pelo Exército. Finalmente, o cerco das forças militares estava completo. A partir de então ninguém mais poderia sair ou entrar no arraial.

Embora a última campanha tenha durado quase quatro meses, o cerco absoluto dos seguidores de Conselheiro que impediu o reabastecimento de víveres e outros materiais provenientes do entorno da Vila, só ocorreu 12 dias antes do fim da guerra, que se deu em 5 de outubro de 1897, como descrito a seguir abaixo:

Termina a resistência sertaneja, Canudos estava destruída. Num cenário de fim de mundo, por entre becos e ruelas, uma legião de corpos carbonizados se misturam com as ruínas e as cinzas das 5.200 casas. A elite política, acadêmica e militar do país estava em êxtase. Os deputados federais da Bahia congratulam-se com o governo pela "completa destruição de Canudos, baluarte de bandidos e fanáticos" e o próprio Presidente da República, Prudente de Moraes, declara: "em Canudos não ficará pedra sobre pedra". Enfim os generais cumpriram o prometido, pois queriam que ali se plantasse a solidão e a morte (Marçola, 1998, p. 4).

Há registros de que mais de 25 mil seguidores de Conselheiro teriam morrido no conflito, o qual chegou a mobilizar tropas em número superior a 12 mil soldados do Exército Nacional, cerca de metade de todo o efetivo. Sem dúvidas foi a maior guerra civil que o Brasil já viveu. Na Guerra dos Farrapos a totalidade dos mortos de ambos os lados foi de 3.400 pessoas. Numa preciosidade do pensamento dominante, o Barão de Studart, segundo Moreira (1999, p.4), escreve: "Para esse fim houve recurso aos meios mais desumanos, que não convêm registrar a bem dos nossos foros de nação civilizada e cristã".

### Referências:

ALEXANDRE, Isabel M. M & ABDALA, Benjamin (org). *Canudos: palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Editora Senac. Boitempo Editorial, 1997.

ARRUDA, João. *Canudos: messianismo e conflito social*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

BAIARDI, Amílcar. Vulnerabilidade Social da Caatinga e Desenvolvimento Rural *In: Anais do I Simpósio do Bioma Caatinga*. Petrolina: EMBRAPA - CPATSA, 2016. v.1. p. 137 – 148.

BAIARDI, Amílcar; COSTA, Edward Martins. Solução Produtiva para o Nordeste *In: JOSÉ EUSTAQUIO, José Ribeiro Vieira Filho & GASQUES, José Garcia. Uma Jornada Pelos Contrastes do Brasil: Cem anos do Censo Agropecuário*. 1 ed. Brasília: IPEA / IBGE / MAPA, 2020, v.1, p. 135-148.

BARROS, José D' Assunção. *Teoria da história, princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BENÍCIO, Manuel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1899.

BRITO, José Artur Tavares de (Artur Peregrino). O sertão das Religiões. *Paralellus*, Recife, p. 157-166, Ano 2, n. 4, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-sertao-das-religioes-o-caso-de-canudos>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

CARDOSO, Maria Abadia. O campo da história: especialidades e abordagens. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, p. 2-10, Vol. 2, Ano II, nº 3, Julho/ Agosto/ Setembro de 2005. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/862>. Acesso em: 17 de jan. 2022.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões: a campanha de Canudos*. Ed. 23. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Aspectos econômicos do episódio de Canudos*. Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1977.

GUERRA, Sérgio. *Universos em confronto: Canudos versus Belo Monte*. Salvador. UNEB/CEEC. 2000.

LOYN, Henry (ORG). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.

MARÇOLA, Andréia Zulato. *Canudos em Foco*. In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998, Recife. INTERCOM 1998, 1998. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/aedcfecce7fcab9e08932258188eefc3.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Elo, 1987.

MOREIRA, Andréia Zulato Marçola. *Canudos em foco*. Viçosa MG): Universidade Federal de Viçosa, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/aedcfecce7fcab9e08932258188eefc3.pdf>. Acesso em 19 de jan. de 2023.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local, fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Salvador: Arcádia, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: Edusp, 1999.

TAVARES, Odorico. *Canudos cinquenta anos depois (1947)*. Bahia: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1993.

Artigo recebido em 26/03/2023

Aceito para publicação em 08/08/2023

<sup>1</sup> Vila do Belo Monte foi a denominação dada por Antônio Conselheiro à localidade Canudos. A vila expandiu-se mais que a localidade, mas, oficialmente, o conjunto era conhecido como Canudos.

<sup>2</sup> Centro de Estudos Euclides da Cunha, UNEB, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e Biblioteca Pública dos Barris em Salvador.

<sup>3</sup> Manoel Benício é autor de obra volumosa (409 p.) publicada em 1899, era capitão honorário do exército e foi o primeiro jornalista a afirmar, logo na sua segunda correspondência para o jornal do comércio do Rio de Janeiro, que nada havia de monarquismo na guerra de Canudos. E fez críticas abertas as operações militares.

<sup>4</sup> Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo / Amparo, 26 de abril de 1893 / Ilmo sr Felisberto de Moraes Peço-lhe que faça-me a caridade de mandar uma rês que tenho precisão. Creio, nutro a esperança de que não terei escrito de balde a vossa benevolência, acolhendo com caridosa prestação a satisfação do meu pedido, de cuja caridade lhe ficarei muito agradecido, /Sou de V.Sa. / Attencioso, /Antonio Vicente Mendes Maciel.

